

**Fábio Lins de Lessa Carvalho**  
**Coordenador**

# **DIREITO ADMINISTRATIVO INOVADOR**

## **Colaboradores**

Alysson Paulo Melo de Souza	Gustavo Barbosa Giudicelli
Artur Carnauba Guerra Sangreman Lima	Luís Manoel Borges do Vale
Bruna Medeiros Valente de Lima	Luiz Roberto Barros Farias
Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro	Maria Ángeles González Bustos
Carlos Aley Santos de Melo	Pedro José Costa Melo
Cicero Alberto Mendes Ferreira	Raisa da Silva Carmo
Fábio Lins de Lessa Carvalho	Raul José da Silva Junior
Fátima Maria Lyra Cavalcante	Vanessa Paes de Vasconcelos Vanderperre
Felipe Rosa da Silva	

Curitiba  
Juruá Editora  
2015

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-5498-2**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Carvalho, Fábio Lins de Lessa (coord.).

C331      Direito administrativo inovador./ coordenação de  
Fábio Lins de Lessa Carvalho./ Curitiba: Juruá, 2015.  
422p.

1. Direito administrativo. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)

CDU 342.9

**0208**

---

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 – DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NA PERSPECTIVA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS</b>	
<i>Alysson Paulo Melo de Souza</i> .....	15
<b>Capítulo 2 – OS NOVOS CONTORNOS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS</b>	
<i>Artur Carnauba Guerra Sangreman Lima</i> .....	37
<b>Capítulo 3 – A PROCESSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO</b>	
<i>Bruna Medeiros Valente de Lima</i> .....	65
<b>Capítulo 4 – O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA</b>	
<i>Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro</i> .....	83
<b>Capítulo 5 – O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO</b>	
<i>Carlos Aley Santos de Melo</i> .....	115
<b>Capítulo 6 – OS REFLEXOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO HODIERNO PARADIGMA DE CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<i>Cicero Alberto Mendes Ferreira</i> .....	133
<b>Capítulo 7 – A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS</b>	
<i>Fábio Lins de Lessa Carvalho</i> .....	159
<b>Capítulo 8 – DIREITO À CIDADE, PARTICIPAÇÃO POPULAR, CONTROLE SOCIAL E EFETIVIDADE</b>	
<i>Fátima Maria Lyra Cavalcante</i> .....	185
<b>Capítulo 9 – O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE COMO LIMITAÇÃO À SUBJETIVIDADE INESCAPÁVEL DO AGENTE PÚBLICO NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	
<i>Felipe Rosa da Silva</i> .....	209

<b>Capítulo 10 – CONTRIBUIÇÃO DOS VALORES CONSTITUCIONAIS PARA O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	
<i>Gustavo Barbosa Giudicelli</i> .....	231
<b>Capítulo 11 – A DESCONSIDERAÇÃO EXPANSIVA DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA</b>	
<i>Luís Manoel Borges do Vale</i> .....	257
<b>Capítulo 12 – TRIBUTO AO POVO: PARTICIPAÇÃO POPULAR E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>	
<i>Luiz Roberto Barros Farias</i> .....	277
<b>Capítulo 13 – DERECHOS DEL CIUDADANO Y TRANSPARENCIA ADMINISTRATIVA EN ESPAÑA: LA TRANSPARENCIA COMO INSTRUMENTO EFICAZ PARA LA PREVENCIÓN Y LUCHA CONTRA LA CORRUPCIÓN</b>	
<i>Maria Ángeles González Bustos</i> .....	301
<b>Capítulo 14 – EXISTE UMA REGRA DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO?</b>	
<i>Pedro José Costa Melo</i> .....	333
<b>Capítulo 15 – DEMOCRACIA: DA VIA DIRETA AO NOVO MODELO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<i>Raisa da Silva Carmo</i> .....	353
<b>Capítulo 16 – A PUBLICIDADE COMO INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA</b>	
<i>Raul José da Silva Junior</i> .....	369
<b>Capítulo 17 – O CONCEITO DE EFICIÊNCIA COMO CONDUÇÃO NOS MODELOS BUROCRÁTICO E GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DESDE 1930</b>	
<i>Vanessa Paes de Vasconcelos Vanderperre</i> .....	389
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	407